

Sr. Subsecretário-Adjunto da SUBLIC,

Trata o presente processo dos procedimentos necessários visando à **prestação de serviços de montadora de exposições de arte e transporte, manuseio, embalagem soft packing, translado porta-a-porta e laudo museológico das obras que compõe a exposição “Entre_Laços: Memórias e Cotidiano” (sem mão de obra dedicada)**, que ocorrerá neste Tribunal no período de 8 de maio a 10 de outubro de 2024, com a finalidade de atender a demanda identificada no âmbito do Núcleo de Projetos Culturais da Diretoria-Geral de Relações Institucionais e Comunicação – DRC (Solicitação Interna DRC0014/2024 – peça nº 14), que realizou os levantamentos necessários e consignou as especificações técnicas, os quantitativos e demais requisitos no Termo de Referência – TR de peça nº 3, tendo como base a **Lei nº 14.133/21**.

Em 23.02.24, o **Núcleo de Pesquisa de Preços – NPP/CLC**, após análise realizada pela Coordenadoria de Licitações e Contratos – CLC, a peça nº 1, informa que a referida contratação será realizada através de **dispensa de licitação**, com base no inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133/2021, pelo critério de julgamento de **MENOR PREÇO POR ITEM**, conforme minuta do **Aviso de Dispensa Eletrônica de peça nº 7**, e seguirá o rito apresentado na **Instrução Normativa SEGES/ME nº 67/2021 (ANEXO 9)**, na forma prevista no art. 187 da NLLC.

A **pesquisa de preços** foi realizada pela área demandante mediante consulta a empresas do setor, conforme peça nº 04, devidamente organizadas no Mapa de Cotação (peça nº 2), sendo que a CLC, *“tendo em vista a proximidade da data estipulada para a realização da exposição “Entre_Laços: Memórias e Cotidiano” e tornando-se imperioso adotar medidas urgentes”*, optou *“considerar o menor preço apurado na aludida pesquisa, relativo a empresas em plena regularidade jurídica e fiscal, com capacidade de contratar com o setor público”*¹.

¹ Pesquisa realizada no SICAF, nos sites da Receita Federal e do TST com os dados das empresas devidamente identificadas, que ofertaram o menor preço para cada item (ANEXO 3)

Informa ainda que, no que concerne às condições de participação no certame, será adotada a **preferência para microempresas, empresas de pequeno porte ou equiparadas**, na forma prevista no inciso IV do art. 49 da Lei Complementar nº 123/2006.²

No que tange à **participação de consórcios**, a unidade requisitante optou pela permissão, em observância ao disposto no art. 15 da NLLC, sendo admitida, ainda, a participação de **cooperativas de trabalho**, ex vi do art. 16 da Lei nº 14.133/21 c/c o art. 10 da Lei nº 12.960/12.

Nesse diapasão, a **SUBLIC**, em 21.12.23 (peça nº 29), **autorizou o bloqueio orçamentário no valor de R\$ 29.530,00** (vinte e nove mil, quinhentos e trinta reais), com posterior remessa à CLC, visando ao seu prosseguimento, em observância ao disposto no art. 75, inc. II, § 3º, da Lei nº 14.133/21.

Participaram da disputa, ocorridas no dia 06.03.24, 8 (oito) empresas, listadas em ordem de classificação de cada item, na tabela a seguir:

EMPRESA		ITEM 01 – MONTAGEM E DESMONTAGEM DE EXPOSIÇÃO DE ARTE		ITEM 02 – TRANSPORTE DE OBRAS DE ARTE	
CNPJ	RAZÃO SOCIAL	ORDEM	STATUS	ORDEM	STATUS
09.654.965/0001-72	ATIVA COMERCIO E ESTRUTURAS LTDA	01	Empresa não encaminhou proposta	03	Não atende aos requisitos de qualificação técnica.
43.689.244/0001-36	ACSA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS LTDA.	02	Empresa não encaminhou proposta	02	Não atende aos requisitos de qualificação técnica.
41.246.688/0001-71	41.246.688 ROBSON FERREIRA DOS SANTOS	03	Não atende aos requisitos de qualificação técnica.	04	Não atende aos requisitos de qualificação técnica.
47.334.182/0001-09	START SOLUCOES INTEGRADAS LTDA.	04	Não atende aos requisitos de qualificação técnica.	05	Não atende aos requisitos de qualificação técnica.
06.043.786/0001-00	RNL TRADE AND FACILITIES LTDA.	05	Não atende aos requisitos de qualificação técnica.	01	Inabilitada.
28.943.947/0001-55	DLI COMERCIO E EMPREENDIMENTOS LTDA.	06	Não atende aos requisitos de qualificação técnica.	06	Não atende aos requisitos de qualificação técnica.

² “No que concerne às condições de participação no certame, foi adotada a **preferência para microempresas, empresas de pequeno porte ou equiparadas**, na forma prevista no inciso IV do art. 49 da Lei Complementar nº 123/2006.” (grifo no original)

04.526.924/0001-87	MILLENIUM FINE ARTS SERVICOS E TRANSPORTES LTDA.	07	Valor acima do estimado. Negociação recusada.	07	Valor acima do estimado. Negociação recusada.
24.933.193/0001-00	AMAZONIA BR SERVICOS ALIMENTACAO LTDA.	08	Valor acima do estimado. Negociação recusada.	08	Valor acima do estimado. Negociação recusada.

Conforme destacou a CLC que **1** - os dois itens da Dispensa eletrônica restaram **FRACASSADOS**; e **2** - as “empresas que atenderam à convocação, e que apresentaram preço compatível com o estimado, não possuíam a habilitação técnica necessária, como exigido no Termo de Referência”.

Destarte, com base no regramento contido nos incisos II e III da Instrução Normativa SEGES/ME nº 67/2021³, a contratação das empresas foi efetivada por meio de tratativas de forma direta com os fornecedores que participaram da dispensa e com aqueles que enviaram cotação durante a elaboração do orçamento de referência.

Sendo assim, a empresa **KBEDIM MONTAGEM E PRODUÇÃO CULTURAL LTDA.**, CNPJ nº 23.769.831/0001-28, **arrematou o item 1** pelo preço de **R\$ 9.450,00** (nove mil, quatrocentos e cinquenta reais) e a empresa **TRANSPORTES FINK LTDA.**, CNPJ nº 00.649.887/0001-43, **adquiriu o item 2** pela quantia de **R\$ 25.240,70** (vinte e cinco mil, duzentos e quarenta reais e setenta centavos) conforme propostas anexadas às peças nºs 37 e 40, respectivamente.

³ **Procedimento fracassado ou deserto**

Art. 22. No caso do procedimento restar fracassado, o órgão ou entidade poderá:

I - republicar o procedimento;

II - **fixar prazo para que os fornecedores interessados possam adequar as suas propostas ou sua situação no que se refere à habilitação; ou**

III - **valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas.**

Parágrafo único. O disposto nos incisos I e III caput poderá ser utilizado nas hipóteses de o procedimento restar deserto. (grifei)

Após a **manifestação positiva da instância técnica (DRC)**, à peça nº 43, quanto à aceitação da melhor proposta apresentada na etapa de julgamento pela empresa supracitada, a **CLC** anexou a **documentação exigida para habilitação**, prevista no item nº 6 de peças nºs. 38, 39, 41 e 42, ressaltando aquela Coordenadoria que juntou o DDR – Certificado de Dispensa de Direito de Regresso, emitido pela corretora **SLM ADMINISTRADORA E CORRETORA DE SEGUROS LTDA.**, responsável pela cobertura de seguros das obras de arte a serem transportadas a favor da empresa TRANSPORTES FINK LTDA. (peça nº 47).

Por conseguinte, o feito foi encaminhado à douta **Procuradoria-Geral do Tribunal – PGT**, que, em observância ao disposto nos artigos 53, § 4º, e 72, inc. III, da Lei nº 14.133/21, emitiu pareceres **solicitando complementação da instrução processual, nos seguintes termos:**

“O procedimento foi instaurado por meio da Solicitação Interna DRC0014/2024, tendo sido utilizado o modelo de dispensa eletrônica instrumentalizado pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 67 (peça nº 12) segundo o Manual de Dispensa Eletrônica (peça nº 13), utilizando-se dos modelos de artefatos elaborados pela Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos – CNMLC/CGU/AGU e já aprovados por esta Procuradoria-Geral nos autos do Processo TCE-RJ nº 300.756-1/2022, em consonância com o art. 187 da Lei nº 14.133/2021, sendo dispensável o ETP, nos termos da faculdade contida no inciso I do ar. 72 do mesmo diploma legal, bem como no inciso I do art. 14 da IN SEGES nº 58, de 8 de agosto de 2022, aplicável por força do aludido art. 187 da Lei nº 14.133/2021.

Relatou a CLC, em 02/04/2024, que a contratação seria realizada através de dispensa de licitação, com base no inciso II do art. 75 da Lei Federal nº 14.133/2021, pelo critério de julgamento de MENOR PREÇO POR ITEM, conforme minuta do Aviso de Dispensa Eletrônica e anexos juntados aos autos (ANEXOS 4 a 8), e seguiria o rito apresentado na Instrução Normativa SEGES/ME nº 67/2021 (ANEXO 9).

No entanto, verifico que não consta nos autos a comprovação de divulgação do procedimento no PNCP, conforme preconizado no art. 7º da referida Instrução Normativa SEGES/ME nº 67/2021, razão pela qual recomendo seja esclarecido se foi

adotado o procedimento simplificado, apenas com a divulgação no portal do TCE-RJ, ou seja suprida esta comprovação, para posterior análise conclusiva do feito.”

“Estou de acordo com o parecer do i. Procurador Dr. Eduardo Azeredo Rodrigues, no qual conclui pela necessidade de complementação da instrução processual com a comprovação da divulgação do procedimento no PNCP, ou, ainda, com esclarecimentos acerca da adoção de procedimento simplificado.”

Em atendimento, a CLC, em 08.04.24 (peça nº 52), a comprovação do procedimento de divulgação do procedimento no PNCP, Portal do TCE e Fornecedores, retornando o administrativo à PGT para exame e manifestação conclusiva dos procedimentos adotados na operacionalização e formalização da Dispensa Eletrônica nº 90006/2024 (peças nºs. 30 a 36), bem como as tratativas para a contratação direta no formato tradicional de dispensa de licitação (peças nºs. 37 a 47), nos termos do art. 53e inciso III do art. 72 da Lei Federal nº 14.133/21.

Ato contínuo, a d. PGT, em 09.04.24, **emitiu parecer favorável à contratação direta**, conforme excerto a seguir:

“(…) anexados aos autos a comprovação de que o procedimento foi devidamente divulgado no PNCP em 26/02/2024 (peça 52), o feito foi recambiado à PGT para análise conclusiva do feito.

É o relatório. Passo a opinar.

Com efeito, considerando os documentos acostados em peça 52, observo que a realização do procedimento ocorreu com a devida publicidade no PNCP, em estrita observância ao preconizado no inciso III do §2º do art. 174, bem como ao §3º do art. 75, ambos da Lei nº 14.133/2021.

Destarte, concluindo o exame prévio de legalidade a que se refere o §4º do art. 53 da Lei nº 14.133/2021, entendemos que a presente contratação direta transcorreu de forma legal, podendo destarte haver a adjudicação do objeto e a homologação do resultado, recomendando-se a observância da preferência de pagamento por meio de cartão de pagamento, com extrato deve ser divulgado e mantido à disposição do público no PNCP, na forma do §4º do seu art. 75.” (grifei)

Mister ressaltar, que, concernente a recomendação supra, não há, no momento, no âmbito deste Tribunal, regulamentação vigente acerca da operacionalização de pagamento por meio de cartão.

Em face do exposto, comprovada a necessidade da despesa, cumpridas as formalidades legais e emitido o parecer favorável da Procuradoria-Geral deste TCE-RJ, em observância ao disposto nos artigos 53, § 4º, e ,72, inc. III, da Lei nº 14.133/2021, encaminho o presente para análise e deliberação, com vistas, a adjudicação do objeto e homologação do resultado, bem como à autorização da despesa por dispensa de licitação, com fulcro no inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133/2021, tendo em vista a delegação de competência prevista no Ato Executivo nº 25.541/23, para que seja solicitado à CPG as medidas necessárias à emissão dos empenhos, em favor das empresas vencedoras, nos termos das propostas comerciais apresentadas (peças nºs. 37 e 40).

Alexandre Tenorio Rocha
Assessor
Matrícula 02/3839

**À Coordenadoria de Planejamento Gerencial e Execução Orçamentária
– CPG,**

Manifestando-me de acordo com a proposta formulada pela Assessoria desta SUBLIC, em face da delegação de competência prevista no Ato Executivo nº 25.541/23, bem como do disposto no art. 72, inc. IV e inc. V, da Lei nº 14.133/21, **ADJUDICO** o objeto da contratação pretendida, bem como **HOMOLOGO** o resultado do certame e **AUTORIZO** a despesa por dispensa de licitação, ex vi do inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133/2021, com a emissão de empenho, **com a urgência que o caso requer**, em favor das seguintes empresas e valor:

Fornecedor	CNPJ	Preço Global por Fornecedor
KBEDIM MONTAGEM E PRODUÇÃO CULTURAL LTDA.	23.769.831/0001-28	R\$9.450,00
TRANSPORTES FINK LTDA.	00.649.887/0001-43	R\$25.240,70

Em prosseguimento, os autos deverão ser remetidos à CLC para a formalização dos instrumentos contratuais e demais providências cabíveis, em especial a publicação no PNCP das notas de empenho emitidas e dos contratos, no prazo de até 10 (dez) dias úteis, em cumprimento ao disposto no parágrafo único do art. 72, art. 94, inc. II, e art. 174, inc. I, todos da Lei nº 14.133/21. Para tanto, o Termo de Autorização de Início dos Serviços – TAIS deverá ser emitido pela DRC, com fulcro no item 5.1 e 5.3 do Termo de Referência de peça nº 3.

Luiz Carlos de Jesus Silva
SUBSECRETÁRIO-ADJUNTO
Matrícula 02/4265